

VERSÃO - 02 de fevereiro de 2018.

**PLANO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO
FEIJÃO E PULSES**

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
SECRETÁRIA EXECUTIVA**

Brasília, DF,

2018

Sumário

1. Introdução	2
2. Contextualização	3
3. Objetivo Estratégico	5
4. Planejamento Setorial	6
5. Grandes Temas Prioritários e Diretrizes	6
5.1. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	7
5.2. Defesa Vegetal	8
5.3. Política Agrícola	9
5.4. Relações Internacionais	12
5.5. Saúde Pública	12
5.6. Legislação	13
5.7. Processamento e Industrialização	14

1. Introdução

Setenta por cento dos brasileiros consomem feijão diariamente, atingindo um consumo médio por pessoa de dezessete (17) quilos por ano deste grão que é o símbolo da culinária brasileira.

Atualmente o Brasil é o maior provedor do grão no mundo, contando com três safras anuais de feijões: “safra das águas”, “safra da seca” e “safra de inverno”. Presente em praticamente todos os Estados da Federação, a média anual total supera recorrentemente mais de três milhões de toneladas do grão.

Apesar de ser classificado pela população, em grande maioria, apenas nos grupos (ou tipos) “carioca” e “preto”, existem dezenas de variedades disponíveis para o consumidor. São feijões e mais feijões com características, cores e formatos diferentes.

Recentemente, passaram a associar-se a cadeia do feijão os chamados “*pulses*” - também conhecidos como leguminosas secas. Grupo de doze (12) culturas que inclui além dos feijões, as ervilhas secas, grão de bico e lentilhas. Alimentos ricos em fibras, proteínas e vitaminas, fornecem aminoácidos e são culturas saudáveis. São cada vez mais reconhecidos como base de uma dieta saudável.

O papel das leguminosas é cada vez mais importante e estratégico para a segurança alimentar. Sendo o feijão a maior fonte de proteína e nutrientes depois da proteína animal, fundamental, portanto para um planeta cada vez mais populoso e funcional.

Destacamos por ora apenas os benefícios econômicos e sociais, em especial dos pulses, mas devemos também considerar a importância destas culturas para a produtividade no campo, destacando a sustentabilidade do solo, a baixa demanda hídrica e o alto valor agregado que garantem mais renda para o agricultor brasileiro.

Assim como as demais cadeias do agronegócio brasileiro, a do feijão e dos pulses envolve diferentes atores-chave. São eles: produtores, cerealistas, empacotadores, importadores, exportadores e fornecedores de insumos.

Há carências de políticas públicas históricas que garantam o enfrentamento das dificuldades para o crescimento e difusão da cultura no Brasil, razão pela qual a organização da cadeia e a articulação com os órgãos de Governo se tornam cada vez mais essenciais na busca por soluções para os gargalos do setor. A cadeia do feijão e

pulses pode ganhar contornos de importância no agro brasileiro, deixando de ser apenas uma cultura de rotação.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva permite ampliar as discussões das questões conjunturais, bem como pensar no futuro, construir projetos visando enfrentar as questões estruturais pensando a competitividade e sustentabilidade. É necessário pensar um ambiente interno equilibrado para fomentar a produção com qualidade e sustentabilidade, garantia de renda e ganhos para todos *players* envolvidos, e por fim fortalecendo o papel do Brasil como maior fornecedor mundial de alimentos.

2. Contextualização

O agronegócio é um dos pilares que sustentam a economia brasileira. Mais de vinte (20%) por cento do Produto Interno Bruto (PIB) são movimentados pelos negócios do campo – valor que inclui toda a cadeia produtiva (insumos, agropecuária, indústria e serviços) As exportações do agronegócio alavancam o desenvolvimento interno porque exigem investimentos em tecnologia, maquinário, capital humano, pesquisas e infraestrutura de escoamento. Elementos estes que garantem produtividade, empregos e divisas para o País.

O peso do campo na economia brasileira demonstra a força das suas cadeias produtivas. Segundo dados do MAPA, com base nas estimativas do valor bruto de produção para o ano de 2017, a cadeia do feijão deverá render R\$15,5 bilhões de reais, a frente do arroz, laranja e fumo, setores tradicionais que contam com forte indústria de beneficiamento.

A CNA, em seu Balanço Anual (2017) e Perspectivas para 2018 avaliou a cultura do feijão e dos pulses, apontando para um incremento do consumo da ordem e 19,6%, totalizando 3,35 milhões de toneladas – 35,3% maior do que na safra anterior. A Confederação destaca, ainda, a produção do feijão-caupi como opção de segunda safra na região do MAPITIBA e Centro Oeste. As perspectivas para 2018, segundo a CNA, indicam estabilidade na produção, aumento dos estoques e um crescimento de 8,3% projetando embarques na ordem de 130 mil toneladas.

No âmbito mundial, a cultura do feijão ainda apresenta pouca expressão comercial, uma vez que quase todos os países produtores são também grandes consumidores, o que torna pequeno o excedente exportável, gerando um comércio

internacional ainda bastante restrito. Outra razão para o baixo comércio internacional de feijão é a ampla variedade de tipos de feijão e as diferenças de hábitos alimentares entre os países e até entre as regiões. O principal tipo produzido pelo Brasil é o tipo “carioca” que apesar de ter a preferência nacional, ainda não tem boa aceitação no mercado externo. Os seis principais países produtores de feijão seco, que juntos são responsáveis por cerca de 61% da produção mundial, são: Brasil, Índia, Myanmar, China, EUA e México.

Já para os pulses, o dilema envolvendo importação versus exportação parece superado. Os primeiros embarques de grão-de-bico brasileiro para o exterior aconteceram em 2016. Produzidos no Centro Oeste, onde produtores, com uma maior profissionalização, têm alcançado excelentes produtividades (duas a três vezes a média mundial) e conseguido um maior lucro em relação a outras leguminosas (feijão e soja, por exemplo).

Os mercados asiáticos têm demandado grandes volumes dessas leguminosas, especialmente de lentilha e grão-de-bico. Grande consumidora desses grãos (ricos em proteínas) a Índia não consegue, por meio da produção interna, atender o consumo, necessitando de frequentes importações. O País que na próxima década será o mais populoso do mundo, tem uma demanda interna de pulses da ordem de 18 bilhões de toneladas por ano. Vale ressaltar que mais da metade dos indianos é formada por vegetarianos e esses produtos formam a base de toda sua alimentação. O Brasil, assim, pode conseguir facilmente esse espaço para se tornar um grande exportador dessas leguminosas. Hoje, o País importa praticamente cem por cento (100%) do Grão-de-bico consumido, desenvolvendo este mercado poderá passar a ter acesso em seu próprio mercado a esta leguminosa e exportá-la para Ásia, Américas, etc. Para essa conquista de mercados é fundamental o investimento em sementes de qualidade e produção regular, para inclusive atender as entressafras internacionais.

O Instituto Brasileiro do Feijão e Pulses (Ibrafe) aponta a diversificação do feijão como uma das soluções para o incremento das exportações. No Brasil, de 60 a 80% do feijão produzido é do tipo carioca, mas se plantam também feijão preto, rajado, jalo, vermelho, bolinha e caupi (ou feijão-de-corda). Esta diversificação é um indicativo da necessidade de contínuos investimentos nas pesquisas de novas variedades mais resistentes as pragas, a tropicalização (adaptação) de variedades de interesse dos países importadores e também a estabilidade dos preços finais para o consumidor no mercado interno. Nesta esteira, em menos de uma década a população brasileira chegará a 220 milhões, se o consumo permanecer estabilizado na cada dos 16 a 17

quilos per capita, como indica o IBGE, a demanda de abastecimento interno precisará de um incremento de mais de 400 mil toneladas ano, crescimento de 42% em relação aos dados da safra 2015/2016.

Tecnologia, conhecimento e terra o Brasil já tem, o que é necessário para este momento é que o mundo conheça cada vez mais o potencial produtivo do Brasil e seus produtos. Alguns exemplos de análise de mercado e estratégia podem ser citados como, por exemplo, a Argentina que em um curto espaço de tempo tornou-se grande exportadora de Trigo, Grão-de-Bico, Feijão Mungo entre outros.

O Brasil produz Feijões *Phaseolus* em todas as regiões, porém Paraná e Minas Gerais sozinhos abastecem 42% deste total. Os vignas vem encontrando, nas novas cultivares da EMBRAPA, bom desenvolvimento no Estado do Mato Grosso, que exportou para Ásia, em 2015, 120 mil toneladas. O Nordeste continua com baixíssima produtividade, uma vez que tem lavouras de subsistência sem aplicação de manejos adequados, bem como das novas tecnologias agronômicas e sementes. O Feijão-Rajado tem atualmente dois polos de produção, sendo um no noroeste de Minas Gerais e outro no sudoeste do Paraná. Novas variedades que foram lançadas recentemente, como o Nuance, da Instituto Agronômico de Campinas (IAC), podem significar um salto em termos de adequação ao mercado mundial. Esta cultivar vem a ser o *cranberry* plantado nos Estados Unidos, Canadá, Argentina e consumido na Europa e Ásia. Já o *dark red kidney*, com cultivares como BRS Embaixador, da EMBRAPA, vem encontrando bom desenvolvimento no Paraná, no Rio Grande do Sul e, mais recentemente, sob irrigação, no noroeste de Minas Gerais.

3. Objetivo Estratégico

As culturas em tela foram consideradas por esse Ministério como de grande potencial estratégico para a participação efetiva do Brasil como o maior *player* fornecedor de alimentos no mundo.

O objetivo do PCFP é fortalecer e subsidiar o Governo Federal e o setor privado nas tomadas de decisões envolvendo as políticas públicas com foco na organização e no atendimento das demandas dos mercados interno e externo destas leguminosas. O diagnóstico setorial passará a ser uma ferramenta de apoio fundamental para o desenvolvimento de planos e ações específicos, que deverão acompanhar o desenvolvimento de indicadores de avaliação e resultado.

As ações oriundas do PCFP deverão envolver ao máximo todos os atores públicos e privados na consecução dos resultados esperados. É fundamental a interação institucional, política e técnica permanente das entidades setoriais interessadas com os órgãos de governo.

São objetivos de longo prazo para a cadeia do feijão e dos pulses:

- I. Incremento da produção de pulses na ordem de 20% para abastecimento dos mercados interno e externo;
- II. Promoção nacional visando o aumento de 5kg per capita no consumo anual de feijões;
- III. Aumento das exportações de feijões e pulses ao patamar de 500 mil toneladas ano em 2028.

4. Planejamento Setorial

Entidades que possuem alta representatividade conseguem garantir atenção para as suas *commodities* e produtos, tanto em nível estadual quanto federal. Para tornar o setor forte e longo, é fundamental instituições estruturadas e atuantes. A cadeia produtiva do feijão e pulses possui duas fortes entidades de representação exclusiva dos interesses. O Instituto Brasileiro do Feijão e Pulses (Ibrafe) com sólida formação técnica e forte atuação na promoção de negócios e debates nacionais envolvendo todos os *stakeholders* da cadeia, e o Conselho Brasileiro do Feijão e Pulses (CBFP), criado a partir da necessidade de ação governamental e institucional mais forte em Brasília junto aos órgãos de governo federal.

Importante sempre salientar que estamos lidando com “ALIMENTO”. É necessário observar aspectos como quantidade, qualidade e tempo certo. Ao passo que alimento é segurança nacional e saúde pública, aspectos cientificamente comprovados para o feijão (e arroz) e os pulses.

5. Temas Prioritários

5.1. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento para estas leguminosas tem sido insuficiente e em algumas situações são ligados aos temas de interesse do doador e não necessariamente à solução de problemas da cadeia produtiva. O número de instituições e equipes de pesquisa também é muito reduzido o que limita a capacidade e eficiência para disponibilização das tecnologias. Também faltam políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento dessas culturas para superar desafios como zoneamento de riscos climáticos, suporte fitossanitário, rastreabilidade do produto, preço mínimo, incentivo a produção e consumo, incentivo fiscal, industrialização e agregação de valor.

Há mais de dez anos a Embrapa Meio-Norte realiza pesquisas com feijão-caupi em Mato Grosso visando à produção em grande escala com foco na exportação. Testes de linhagem e validação de cultivares são feitas buscando materiais que apresentem alta produtividade, qualidade dos grãos e adaptação à colheita mecanizada.

Diretrizes:

Baixa disponibilidade de recursos para apoio às pesquisas dos feijões e das pulses, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade dos sistemas de produção.

É necessário apoio à pesquisa via criação de um fundo dedicado exclusivamente às pulses.

O sistema de manejo, especialmente na produção intensiva, é deficitário e inadequado, o que resulta em baixa produtividade de grãos. Soma-se a isso, o reduzido número de pesquisadores envolvidos com o tema.

A necessidade de fortalecimento e continuidade das pesquisas e de transferências de tecnologias, via editais de fomento específicos para o tema.

Com a fragilização dos serviços de assistência técnica e extensão rural públicos e a atuação fragmentada dos demais atores que promovem a difusão de conhecimentos e tecnologias aos produtores, as instituições de pesquisa agropecuária perderam um importante agente na identificação e encaminhamento de demandas para a pesquisa. Com o sucateamento dos órgãos estaduais de ATER, grande parte dos produtores de feijão estão sem a devida orientação técnica em suas lavouras. Isso traz uma série de problemas, como a baixa eficiência produtiva, o risco de contaminação do produto e do ambiente pela utilização inadequada de agroquímicos na produção.

Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural no Brasil, a fim de que os resultados de pesquisas sejam implementados nos empreendimentos agrícolas. Produtores com acompanhamento técnico de qualidade irão produzir mais e melhor, contribuindo para termos um produto de qualidade para a alimentação da sociedade brasileira e para os mercados de exportação, que cada vez mais,

exigirão atributos de qualidade que um produtor sem esta orientação dificilmente conseguiria produzir.

Número limitado de pesquisas para a agregação de valor a feijões e pulses.

Incrementar as pesquisas e estudos para utilização da farinha de feijão-caupi e derivados na elaboração de pães, biscoitos, bolos, etc., bem como em formulações para a alimentação animal.

Inexistência de descritores para Proteção de Cultivares no Mapa.

Assunto ligado ao SNPC.

Baixo interesse por parte de empresas de sementes no desenvolvimento de cultivares.

Não afeto à área de sementes e mudas do MAPA, mas sim à área de P&D e fomento.

Incentivo aos programas públicos de melhoramento genético destas cultivares.

Desenvolver um modelo articulado público-privado, sob responsabilidade da Embrapa, na identificação de demandas para pesquisas técnico-científicas e apresentação periódica para os players interessados via estrutura das Câmaras Setoriais do MAPA.

5.2. Defesa Vegetal

É importante salientar a estratégica e relevante necessidade de intensificar os processos e análise dos acordos fitossanitários que hoje constituem a principal barreira comercial para potenciais países importadores. O trânsito vegetal de forma triangulada é negativo para a promoção do Brasil e da qualidade do produto.

Na produção interna, o principal problema para os produtores continua sendo a mosca-branca (*Bemisia tabaci*), vetor do mosaico dourado que é a principal doença do feijão. O incentivo à adoção do vazão sanitário contribuirá para diminuir a incidência dessa praga, amenizando a perda de produtividade em muitas lavouras.

A boa produtividade na agricultura, mesmo apresentando aptidão favorável, pode variar conforme o planejamento realizado, o acompanhamento técnico que já começa na escolha dos insumos, a tecnologia implantada, e também, as condições climáticas desde o início da semeadura até a colheita.

Diretrizes:

Análises de Riscos de Pragas (ARP). No contexto atual, o registro de novos produtos fitossanitários é moroso e oneroso, desestimulando as empresas a buscarem esse tipo de registro para feijão e pulses, que representam mercados menores. Atualmente a empresa solicita o registro de defensivo agrícola simultaneamente nos três (3) órgãos regulatórios: Anvisa, Ibama e Mapa. O que demanda análises toxicológicas, agronômicas e ambientais antes da aprovação final, rotulagem e por fim o registro. São longas filas e prazos. As demandas dos produtores não estão recebendo a prioridade devida dos órgãos de meio-ambiente e de saúde.

Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas (ARP) do Setor dentro dos prazos estabelecidos pela legislação e normativos do MAPA, permitindo maior participação do setor privado em partes do processo. Considerando que diversos produtos já foram testados do ponto de vista ambiental (MMA) e saúde humana (Anvisa), a extensão do uso destes para outros cultivos (ex. feijão e pulses) deveria ser mais ágil, focando na eficiência agronômica, aproveitando-se os dados já existentes para as análises ambientais e de saúde.

ARP não é para autorizar agrotóxicosmisturaram as bolas. Sugiro substituir por REGISTRO DE DEFENSIVOS OU AGROTÓXICOS.

Aprimorar a fiscalização de Sementes e Laboratórios (CFO). A taxa de utilização de sementes no Brasil, segundo dados da ABRASEM de 2013, apontam a cultura do feijão com o menor índice – 18%. Contra 93% do sorgo, 90% do milho e 64% da soja, por exemplo.

Em relação à fiscalização de sementes, lembramos que o ano de 2018 será um ano de colapso para a área de sementes e mudas. Muitas aposentadorias e remoções impactarão sobremaneira o serviço de fiscalização. Nas SFAs como um todos faltam Auditores Fiscais Federais Agropecuários com formação em Engenharia Agrônômica. Não há previsão para reposição no curto prazo.

Que o MAPA passe a exigir, para a emissão de certificado fitossanitário, documento de comprovação da origem da semente. Desta forma o setor aumentará a competitividade para exportação com a consequente produtividade maior.

Há necessidade de alteração da Instrução Normativa nº 29, de 25 de julho de 2013 que trata da emissão do Certificado Fitossanitário (afeta à área da Defesa Sanitária Vegetal - DSV). Não faz muito sentido, pois o CF atesta a conformidade fitossanitária.

A Instrução Normativa nº 25, de 27 de junho de 2017 aprova as Normas para Importação e Exportação de Sementes e de Mudas.

Art. 27. A Comunicação para Exportação de Sementes e de Mudas conforme modelo constante do Anexo II será inserida no VICOMEX acompanhada da seguinte documentação:

I - autorização do detentor do direito de proteção, específica para a exportação requerida, quando se tratar de cultivar protegida no Brasil;

II - documentação exigida pela legislação ambiental, quando for o caso;

III - parecer do órgão técnico de fiscalização de agrotóxicos para autorização de uso de agrotóxico em tratamento de semente ou de muda de cultura diversa às recomendadas em rótulo e bula, quando for o caso; e

IV - documento comprobatório das exigências fitossanitárias do país importador, quando couber.

§ 1º A semente e a muda a serem reexportadas estão dispensadas da apresentação da documentação referida no inciso I deste artigo, exceto quando multiplicadas no Brasil.

§ 2º As sementes com Certificação de acordo com as regras da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e da *Association of Official Seed Certifying Agencies - AOSCA* estão dispensadas da apresentação da documentação referida nos incisos I e II deste artigo, devendo o exportador, nesse caso, apresentar o respectivo Certificado.

§ 3º Para exportação de sementes brutas para países que permitem essa operação sem o acompanhamento do respectivo certificado de semente, o exportador deverá apresentar declaração do Responsável Técnico de que as sementes são provenientes de campos registrados no MAPA cuja colheita foi aprovada por ele após as devidas vistorias previstas na legislação.

§ 4º O número do dossiê VICOMEX será comunicado de forma eletrônica pelo exportador ao órgão técnico de sementes e mudas, da unidade descentralizada do MAPA da UF em que estiver estabelecido.

Art. 28. O órgão técnico de sementes e mudas emitirá parecer sobre a solicitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após recebida a informação da inserção do dossiê no VICOMEX.

[...]

Art. 31. No ponto de saída o exportador solicitará o desembaraço aduaneiro, mediante a apresentação do Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários após inclusão, no VICOMEX, da documentação exigida pela legislação fitossanitária e dos seguintes documentos:

I - cópia da fatura comercial ou da nota fiscal;

II - Atestado de Origem Genética, Certificado de Semente ou de Muda, ou Termo de Conformidade de Semente ou de Muda; e

III - cópia do romaneio de carga ou *packing list*.

A comprovação da origem da semente para o produto a ser exportado ocorre na apresentação do Atestado de Origem Genética, Certificado de Semente ou Termo de Conformidade de Semente.

Também, permitirá que os *royalties* sejam pagos aos detentores e consequentemente as empresas que investem em pesquisa, como EMBRAPA, por

exemplo, tenham como resultado a sequência de investimentos que permitam o contínuo desenvolvimento e evolução da pesquisa. A utilização de sementes de qualidade irá melhorar a produção de feijão e pulses e, por outro lado, permitirá que os investimentos na pesquisa, para o desenvolvimento de novas cultivares tenham o seu valor retornado à pesquisa, para a melhoria contínua da cadeia.

Já é exigida apresentação da autorização do detentor do direito de proteção, específica para a exportação requerida, quando se trata de cultivar protegida no Brasil. Este documento também é exigido quando da inscrição do campo de produção de sementes.

CFO é CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA DE ORIGEM e não tem nada a ver com fiscalização de sementes ou cobrança de royalties.

Celebrar acordos com a iniciativa privada para fiscalização conjunta da qualidade da produção de sementes e a adoção, por parte dos sementeiros, de boas práticas e protocolos para que haja confiança na qualidade da semente comercializada.

Traz a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 em suas definições:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

[...]

XVIII - fiscalização: exercício do poder de polícia, visando coibir atos em desacordo com os dispositivos desta Lei e de sua regulamentação, realizado por Fiscal Federal Agropecuário do Mapa ou por funcionário da administração estadual, municipal ou do Distrito Federal, capacitados para o exercício da fiscalização e habilitados pelos respectivos conselhos de fiscalização do exercício profissional; (grifos nossos)

Portanto, NÃO HÁ PREVISÃO LEGAL para fiscalização ser exercida pela iniciativa privada!

5.3. Política Agrícola

Sabemos que o produtor de feijão está distribuído em várias regiões do país e que tem tamanho e estrutura de produção bastante variável. Por outro lado, a comercialização é regida por formadores de preços que tem como principal objetivo os aspectos econômicos. Além disso existem intermediários que influenciam na formação dos preços. Esses elementos são conhecidos assim como descritos, com poucas informações e detalhes de como podem ser trabalhados pensando em organizar a cadeia produtiva.

A principal justificativa para organizar a cadeia produtiva é buscar a estabilidade na produção e nos preços fazendo com que todos os elos dessa cadeia trabalhem sintonizados e em prol da sustentabilidade da cadeia. O conhecimento parcial de como

a cadeia funciona não permite desenhar e discutir mecanismos de interesse de todos os elos da cadeia. Além disso, o trabalho para organizar a cadeia é uma tarefa de médio prazo que vai necessitar de muitas reuniões, discussões e até mesmo a intervenção do Estado. Essa oscilação do preço do feijão gera perda econômica em alguns anos e lucro extraordinário em outros.

Tais pontos corroboram a necessidade primordial para organização da produção nacional, de modo a garantir a ideal oferta ao consumo interno.

A busca por um equilíbrio entre custo e produtividade é um desafio constante para os produtores de feijão, porquê muitas vezes, quando se aumenta a produtividade, o custo também é pressionado.

Diretrizes:

Sementes de escurecimento mais lento, exportáveis.

Há necessidade de que a CONAB, na formação de seus estoques, passe a direcionar a produção através de contratos de opção e AGF - Aquisição do Governo Federal - de cultivares de Feijão-carioca, de escurecimento lento já disponíveis, que permitem o armazenamento sem perda importante na aparência dos grãos e, também, Feijões exportáveis como Feijão-vermelho, Feijão-rajado, Feijão-pinto (Tigre), Feijão-branco, Feijão-caupi e ainda dos Pulses, sejam eles grão-de-bico, lentilha, ervilha.

Na PGPM as operações não distinguem as diferentes variedades de feijão. São considerados apenas preto, cores e caupi. Além disso para atendimento ao pleito deverá ser estabelecida classificação oficial para as distintas variedades.

Estas providências simples resultarão em estancamento dos prejuízos advindos da aquisição de Feijões que perdem valor de mercado quando armazenados. Também haverá menor demanda de intervenção governamental, uma vez que excessos de oferta serão facilmente exportados pela iniciativa privada.

Não compreendemos esta afirmação. Essas providências não são tão simples assim.

Compras públicas da CONAB para Programas de Abastecimento Social.

Competência do MDS.

Sejam restritas as compras dos alimentos com origem comprovada em sementes fiscalizadas ou certificadas. Esta providencia não implicará em aumento de custo para o produtor e sim em aumento de produtividade.

Há necessidade de observar que a legislação dispensa de inscrição no RENASEM os agricultores familiares. Portanto, estes que detém grande parcela da produção

de feijão e pulses não são fiscalizados e muito menos utilizam sementes certificadas, pelo alto valor agregado.

Há dificuldade na execução desse controle, uma vez que 80% das sementes utilizadas para plantio não são fiscalizadas ou certificadas. Pequenos produtores, principalmente, utilizam sementes próprias.

Conceder acesso ao produtor a financiamento e seguro para custeio e posterior AGF somente contra apresentação da origem da semente fiscalizada ou certificada.

O documento para comprovação da origem da semente seria a Homologação da Inscrição do Campo de Sementes, emitido pelo Sistema de Gestão da Fiscalização – SIGEF assinado eletronicamente pelo Auditor Fiscal Federal Agropecuário do MAPA. Não há neste documento distinção entre “semente fiscalizada ou certificada”. Aliás, bastaria dizer “comprovação da origem da semente”.

Contrato de Opção. Observa-se que anualmente diminui o número de produtores pequenos e por outro lado há mais produtores médios e grandes com potencial e interesse no plantio dos feijões e pulses. Ocorre que estes não estão abrigados sob o preço mínimo e realmente não faria sentido utilizar AGFs nestes casos de maiores volumes.

O contrato de Opção pode “proteger” um determinado percentual do investimento efetuado pelos produtores de maior porte, que adquiririam o direito de entregar uma parte de sua produção, caso os preços estejam depreciados, para a CONAB.

Contrato de opção já é um mecanismo possível para os feijões contemplados na PGPM, independentemente do tamanho do produtor.

Preço Mínimo. Estabelecimento de preço mínimo compatível com os custos de produção e que estimule a produção. O preço oferecido pelo governo muitas das vezes não cobre o custo de produção, o que desestimula o investimento no setor e o desabastecimento que ocasionam o aumento do preço de oferta do produto. Entendemos que este instrumento deve ser readequado para que o gestor público utilize para direcionar as variedades a serem produzidas a cada safra. Preço mínimo deve ser o indutor ou não do plantio de determinadas cultivares a cada safra. Temos o privilégio de colher até três safras no Brasil. Estamos muito próximos de ter produção nacional nos doze meses do ano. Por outro lado, em nível mundial, o hemisfério norte produz 80% de todo feijão em uma só safra colhida em outubro.

Podemos entre julho e setembro estimular os produtores a plantar as cultivares que terão melhor rentabilidade a partir do mês de outubro de cada ano, mês de colheita no hemisfério norte.

A metodologia atual do preço mínimo não distingue as diferentes safras ao longo do ano. A validade é para todo o ano safra. A base de cálculo é o custo de produção, utilizando-se bônus adicional no caso de incentivo ou malus no sentido inverso.

Seguro Rural. O alto risco da produção de feijão é indiscutível. Como todo restante da produção agrícola, a necessidade de seguro é indispensável. Deve levar em consideração especificidades das microrregiões que têm custos distintos. Há relevantes indicativos de que as janelas de plantio não são rígidas, sendo que os ciclos precisam ser melhores analisados todos os anos.

Consideramos que não há mais como postergar a implementação de proteção do investimento, que ainda permitirá a criação de condições da celebração de contratos a termo.

Redução do custo de energia na produção irrigada.

A ampliação do horário reservado para irrigação, inclusive nos fins de semana e retirada das bandeiras tarifárias fora do horário, são ações que podem diminuir significativamente os custos de produção. De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), a área irrigada no Brasil representa apenas 20% da área potencial existente.

Classificação.

Desenvolvimento de mecanismos para unificar a classificação de grãos. Existem no mercado máquinas para padronização, peneiras, filtros por peso-formato-cor. Não mais pela aparência visual. Boas práticas de classificação precisam ser fomentadas pois estão diretamente conectadas com qualidade e valor agregado. Existe discussões em andamento no Congresso Nacional visando a possibilidade de mudanças na legislação pertinente. Os procedimentos para classificação de grãos devem ser realizados de forma transparente, com confiança resultando numa classificação padrão (dentro dos parâmetros da cultura do feijão).

Análise e revisão da Instrução Normativa Nº 12, de 2008, que trata das normas de Identidade, Qualidade, Apresentação e Embalagem do feijão.

Avaliar a pertinência de ser estabelecer preços mínimos diferenciados por variedade/tipo.

5.4. Relações Internacionais

O agronegócio brasileiro foi o principal responsável para o saldo positivo da balança comercial brasileira. Segundo a Confederação Nacional da Agropecuária (CNA), as exportações do setor em 2017 correspondem a 45% das vendas externas totais do país. De janeiro a outubro os embarques somam U\$82 bilhões, elevação de 12,2% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Espera-se a conquista de novos mercados por meio de acordos comerciais para o Brasil. É fundamental para o setor feijoeiro aprofundar os conhecimentos sobre os principais mercados de feijão e pulses do mundo. A participação em feiras e eventos

impulsiona a busca de novos produtos e fornecedores, descobrimento de novas oportunidades de negócios, de soluções para desafios globais e atualização com as últimas tendências no comportamento do consumidor.

Diretrizes:

Capacitação e orientação aos adidos do MAPA nos países potenciais. Os adidos comerciais do MAPA que iniciarão suas atividades em países importadores do feijão e pulses brasileiros precisam estar alinhados as expectativas e demandas do setor ajudando na consecução de bons negócios e benefícios para a cadeia.

Em parceria com as entidades do setor e órgãos de governo relacionados ao mercado exterior, em especial com know-how no agronegócio, patrocinar capacitação aos adidos com informações do setor facilitando o acesso aos empreendedores brasileiros aos importadores interessados no produto.

Missões Internacionais do Governo Brasileiro.

Inclusão de ações de divulgação internacional do produto junto às comitivas em viagens para o exterior, especialmente no mercado chinês e indiano, bem como nas recepções de chefes de estado em visita ao Brasil.

Desenvolver um Portal das Entidades do Feijão e Pulses com APEX. Site nacional de comércio de produtos agrícolas.

Participação das entidades do setor feijoeiro no Programa de Acesso a Mercados da Apex-Brasil – PAM-AGRO.

A promoção comercial geralmente é considerada o último elo em um processo de abertura ou inserção de mercado. Entretanto, embora a cadeia produtiva ainda esteja em processo de organização interna, nada impede que ações de promoção internacional ocorram, gradualmente, de maneira concomitante a essa estruturação. Dessa maneira, entendemos que esta estratégia é viável, e que ela pode progredir à medida que a organização da cadeia for avançando.

As ações de promoção comercial da SRI tradicionalmente buscam alavancar setores cujas questões sanitárias ou de garantia de fornecimento a clientes externos já estejam razoavelmente equacionadas. Mais ainda, procura-se incentivar setores que ofereçam produtos com maior nível de agregação de valor. Por isso, a escolha costuma se dar pela promoção de produtos industrializados, e não apenas produtos primários ou commodities.

Não obstante, há o emblemático caso do arroz, que se tornou produto importante, e, eventualmente, o *carro-chefe* no portfólio do pavilhão brasileiro em eventos

internacionais, como já ocorreu na África do Sul (SAITEX) e no Peru (Expoalimentaria). Para o primeiro semestre de 2018, a SRI já tem inscrições abertas para cinco eventos, que ocorrerão em Singapura, Coreia do Sul, Canadá, África do Sul e Irã.

Como parte das atividades da Câmara, sugerimos a divulgação do nosso calendário de feiras internacionais, para que seus integrantes repliquem a informação junto à cadeia produtiva e as empresas do setor possam participar do pavilhão do Brasil. A SRI também pode contribuir com uma edição do seminário AgroEx (Seminário do Agronegócio para a Exportação) voltada especificamente para os produtores do setor. Trata-se de eventos de disseminação de informações estratégicas para o aumento da inserção do agronegócio brasileiro no mercado internacional, de maneira a fomentar a cultura exportadora e sensibilizar os empresários para a importância da internacionalização da produção de feijão e pulses.

5.5. Saúde Pública

As leguminosas têm grande potencial de erradicar a fome, além de combaterem muitas enfermidades crônicas, como obesidade e diabetes. A Confederação Global de Leguminosas (*Global Pulse Confederation* ou GPC) – em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) através da sua Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) elegeu o ano de 2016 como o Ano Internacional das Leguminosas. Os benefícios sociais são amplos em especial nos países em desenvolvimento. A GPC pede que as leguminosas sejam priorizadas em futuros programas de pesquisas agrônomicas e sejam inseridas no centro das estratégias de segurança alimentar e nutricional dos governos.

As leguminosas secas, ou pulses, são, ainda, parte da “cesta básica alimentar” usada pelo Programa Alimentar Mundial (*World Food Programme*) em estratégias de assistência alimentar.

Diversos indicativos, inclusive do Ministério da Saúde, mostram que o consumo de Feijões é crescente. Cerca de 7 em 10 brasileiros consomem Feijões 5 vezes por semana. Desde 1995, segundo a EMBRAPA, o consumo parou de cair e voltamos ao patamar de 18 quilos per capita. Explicações para este crescimento vão desde a qualidade constante alcançada até a referências positivas na Web, com declarações de

médicos e nutricionistas. Há uma boa receptividade, mas ainda há muito o que fazer, em conjunto com a área pública.

Por exemplo, fazem-se necessárias ações nas escolas, com os alunos, mas também com as merendeiras recebendo orientação sobre outras formas de apresentar os feijões para as crianças. Crianças e adolescentes ainda perdem parte de sua saúde quando passam a conhecer e se encantar com o *fast-food*. O bom hábito alimentar pode ser trabalhado entre os seis e sete anos na escola, preventivamente, para que não seja perdido mais tarde.

Campanhas permanentes e públicas. Visando a promoção do “par-perfeito” arroz e feijão.

Formulação de conteúdo para divulgação dos governos federal, estaduais e municipais, bem como entidades do terceiro setor e da iniciativa privada esclarecendo a importância do consumo de ambos alimentos para todos os públicos e faixa etárias.

5.6. Legislação

Propostas de ajustes e aperfeiçoamento da legislação vigente são importantes para todas as cadeias produtivas do agronegócio e outros segmentos indiretamente ligados. Para a consolidação da cadeia produtiva do feijão e dos pulses é importante apoiar a discussão e aprovação de propostas de competência do parlamento, já em discussão no Congresso Nacional.

Os assuntos de macroeconomia são relevantes uma vez que envolvem tributação, assunto de alta relevância para a cadeia do feijão que possui polos produtores em todas as regiões do país e necessita o transporte e escoamento entre diferentes estados da federação. Nesta esteira Projetos de Lei que preservam a manutenção da Lei Kandir (fundamental para os produtores e exportadores) e que propõe a isenção da cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e ou que tem o objetivo de possibilitar que Estados e o Distrito Federal, em deliberação conjunta, uniformizem as alíquotas do ICMS sobre os produtos que compõem a cesta básica nacional. A regulação do ICMS por meio de leis estaduais acarreta a existência de uma variação enorme de alíquotas, gerando alteração no preço das mercadorias entre as diferentes unidades da Federação. Essa diferenciação em produtos essenciais, como alimentos, não se justifica, pois o valor de venda será determinado pela localização do estabelecimento no território nacional.

A nova Lei de Cultivares em discussão desde 2015 vem ao encontro do que propõe esta cadeia do feijão, ao incluir ferramentas de combate a pirataria e a violação dos direitos de obtentor vegetal, e também nos delitos contra a propriedade intelectual.

Assunto ligado ao SNPC.

5.7. Processamento e Industrialização

Produtos ainda em fase de afirmação mundial precisam vencer barreiras comerciais, de qualidade, aceitação e fitossanitárias. É importante, porém, paralelamente ao abastecimento externo de grãos estimular a indústria nacional no desenvolvimento de produtos industrializados com valor agregado. A exportação de *commodities* agrícolas é realmente um grande negócio, mas visando a sustentabilidade e ganhos reais para a cadeia e setor é importante avançar em todos os níveis com alta produtividade e grãos de qualidade, embalagens e visual modernos e competitivos que permitem a rastreabilidade do produto da mesa ao campo.

O desenvolvimento de produtos derivados do feijão também é um nicho importante a ser desenvolvido. Além do feijão empacotado, o macarrão de feijão e a inovação da Embrapa Meio Norte com a farinha de feijão-caupi. A biofortificação é uma forma de melhorar o valor nutritivo dos alimentos e uma alternativa a tradicional farinha de trigo.

Diretrizes:

Desenvolver ações de benchmarking e pesquisas de mercado em conjunto com a APEX-Brasil com o Programa de Qualificação para Exportação.

Capacitação das empresas com potencial exportador para aumento da competitividade, fomentando a cultura exportadora e adequação dos produtos para o mercado externo.

SUGESTÃO DE CONTEÚDO PARA AGREGAR NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DE FEIJÃO E PULSES:

- 1) Número de cultivares de feijão e pulses inscritos no Registro Nacional de Cultivares – RNC (enviar planilha com os dados);
- 2) Dados Históricos do SIGEF sobre inscrição de campos de produção de sementes de feijão e pulses (obtidos no relatório do QlikView).
- 3) Estatísticas de comércio internacional

Em 2016, os dois principais importadores mundiais de feijão foram Índia (US\$ 890 milhões) e Brasil (US\$ 289 milhões) com mais de 60% das importações brasileiras vindo da Argentina. Em 2017, as importações brasileiras reduziram-se em 65% relativo à 2016, devido à melhora de safra interna.

As importações totais mundiais em 2016 foram de US\$ 3,831 bilhões. Os principais importadores, além de Brasil e Índia, foram EUA, Vietnã e Japão – estes 5 responderam por mais de 45% do total importado no mundo em 2016. Os principais exportadores mundiais em 2016 foram Myanmar (US\$ 1,125 bilhão), China (US\$ 652 milhões), EUA (US\$ 400 milhões) e Argentina (US\$ 369 milhões). Juntos, estes países representaram mais de 60% das exportações de feijão em 2016. As duas variedades mais comercializadas no mundo são o *feijão preto* (SH 071333), com 45% do valor total, e o *feijão radiata* (SH 071331), com 39%.

- 4) Propomos a realização de seminários de sensibilização para exportação e a participação de empresas do setor no pavilhão brasileiro em eventos internacionais.

REFERÊNCIA:

- diagnóstico problema/gargalo (IBRAFE)
- proposta superação problema/gargalo (IBRAFE)
- contraponto/sugestão (DISEM/CSM/DFIA/SDA/MAPA)
- contraponto/sugestão (SPA/MAPA)
- contraponto/sugestão (DSV/SDA/MAPA)
- contraponto/sugestão (SRI/MAPA)